

Título: Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro: uma análise para o período 1981 a 2005

Alexandre Gori Maia*

Resumo:

O objetivo principal deste trabalho é analisar a distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho brasileiro entre os anos de 1981 e 2005, identificando ainda transformações ocorridas em seus principais grupos ocupacionais. A hipótese central destas análises é que as mudanças percebidas no mercado de trabalho brasileiro nos últimos 25 anos, ocorridas em contextos econômicos bastante desfavoráveis, provocaram um generalizado processo de desclassificação econômica em todos os grupos ocupacionais e mantiveram os elevados índices de concentração de renda do mercado de trabalho brasileiro. Para confirmar tais hipóteses, será analisada a evolução da participação dos grupos ocupacionais segundo faixas de rendimentos da ocupação principal, bem como a evolução da concentração de renda segundo dois dos principais indicadores de concentração de renda da literatura (parcela de renda apropriada pelos ocupados relativamente ricos e relativamente pobres, e T de Theil). Os grupos ocupacionais utilizados nessas análises (empregadores, profissionais, massa trabalhadora agrícola e não agrícola e trabalhadores não remunerados) foram obtidos a partir de inúmeras combinações dadas pela probabilidade de geração de renda, prestígio social e poder político das ocupações brasileiras, uma adaptação da análise de Mills (1979) sobre a nova classe média norte-americana. Os resultados serão apresentados em duas seções principais: i) um panorama geral dos indicadores de distribuição de renda do mercado de trabalho brasileiro a partir dos condicionantes históricos da economia brasileira entre 1981 e 2005; ii) análise dos indicadores de distribuição de renda segundo grupos ocupacionais, verificando a evolução das principais diferenças existentes entre integrantes de grupos distintos e entre integrantes de um mesmo grupo ocupacional.

Palavras chaves: distribuição de renda; economia do trabalho; estratificação social

* Pesquisador doutor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (email: gori@eco.unicamp.br)

Title: Income distribution in Brazilian labor market: analysis of the years from 1981 to 2005

Abstract:

The main purpose of this paper is to analyze the income distribution in the Brazilian labor market between 1981 and 2005, in order to identify the main transformations occurred in the occupational groups. The central hypothesis of this analysis is that the transformations of Brazilian labor market in last 25 years, occurred in a difficult economics contexts, resulted in a process of general rising poverty of almost occupational groups, and maintained the high income inequality in Brazilian labor market. To reach such purpose, the evolution of the occupational groups rates is analyzed according to income bands, such as the evolution of income inequality according to Theil T and the ratio of the income share of the 10% richest group to the 40% poorest group. The occupational groups used in this analysis (employers, white collars, blue collars, agricultural workers and workers without earnings) were obtained combining different opportunities of income generation, social status and political power, and it is inspired by the analysis of Wright Mills to North American society. The results are presented in two sections: i) a general view of the income distribution indicators of Brazilian labor market, contextualized to the economic history between 1981 and 2005; ii) analysis of the income distribution indicators of occupational groups, identifying the evolution of the main differences between groups and within them.

Key words: income distribution; labor economics; social stratification

Introdução

As transformações observadas no mercado de trabalho brasileiros nos últimos 25 anos vêm ocorrendo em contextos econômicos bastante desfavoráveis. No início dos anos 80 houve uma interrupção na trajetória de crescimento da economia brasileira e a estagnação iniciou-se com uma forte queda do PIB. A elevação do nível das taxas de juros nos EUA e a interrupção do crédito internacional provocaram o colapso da dívida externa brasileira (que tinha aumentado muito na década de 70). O governo brasileiro, ao não conseguir renegociar a dívida, foi obrigado a adotar uma política macroeconômica que forçou uma adaptação da economia à restrição externa através de uma profunda recessão entre os anos de 1981 e 1983. O impacto negativo para a população manifestou-se no aumento do desemprego e na queda do poder de compra das remunerações do trabalho. A recuperação da atividade econômica, entre 1984 e 1986, devida a um excepcional aumento das exportações, deu a impressão que o país poderia retornar a sua anterior trajetória de crescimento, e o Plano Cruzado, por um curto período de tempo, conseguiu bloquear os aumentos de preços e elevar o poder de compra dos salários. A partir de 1987, entretanto, reafirmou-se o contexto de estagnação e a volta de uma cada vez mais descontrolada inflação.

O fraco desempenho da economia brasileira na década de 80 repercutiu no mercado de trabalho provocando expressivas alterações na composição das oportunidades de ocupação sem interromper, entretanto, a tendência de aumento da taxa de participação e sem provocar aumento desenfreado do desemprego. No conjunto, foi um crescimento da ocupação relativamente intenso para o fraco desempenho do produto interno bruto. A inflação, principalmente no final da década, prejudicou o poder de compra dos salários, mas o declínio observado no nível dos rendimentos do trabalho esteve mais relacionado com a elevada proporção de ocupações mal remuneradas, criadas com o parco aumento do PIB da década de 80, do que com uma inflação acima dos reajustes nominais dos salários (BALTAR, 2004).

Já a década de 90 foi marcada pela racionalização e modernização da estrutura produtiva implantada entre os anos 50 e 70, as quais repercutiram no nível de emprego e afetaram os setores mais estruturados e organizados da economia. Reduziu bruscamente a criação de novos postos no mercado de trabalho e o desemprego cresceu rapidamente.

Entre 1993 e 1996 a economia e o mercado de trabalho brasileiro foram marcados pela intensidade da entrada de capital. A situação alterou-se radicalmente depois da crise da Ásia em 1997. O PIB passou a apresentar um crescimento contido depois de 1997, a inflação tendeu a aumentar depois da desvalorização do real em 1999, e as exportações e o emprego só cresceram intensamente com a retomada do crescimento da economia mundial, depois de 2002 (BALTAR, LEONE & MAIA, 2006).

O surpreendente avanço tecnológico iniciado na década de 70 nos países desenvolvidos chegou ao Brasil automatizando as indústrias e reorganizando a estrutura das empresas. A flexibilização da produção, desconcentração industrial, busca de qualidade total, formas transitórias de produção e outros tipos de desregulações estão cada vez mais presentes nas indústrias, que buscam se adaptar às novas formas de produção e à lógica do mercado mundial. Há subcontratação de parte do trabalho para seus estabelecimentos transnacionais, generaliza-se a utilização de mão-de-obra temporária e, ao mesmo tempo, busca-se o consentimento da força de trabalho para a reversão de contratos sociais mais benéficos aos trabalhadores (MAIA, 2006).

Enquanto em alguns setores os trabalhadores se tornaram mais qualificados, como o supervisor e o vigilante de um processo produtivo, houve desqualificação em outros setores, como na metalurgia, onde a habilidade do trabalhador foi substituída pelo simples papel de operador de máquinas semi-automáticas. A automação acentuou o processo de eliminação do emprego rural, redução do emprego industrial e, por outro lado, fez crescer o peso do setor de serviços na estrutura social, principalmente serviços pessoais. Ao mesmo tempo, há uma expansão generalizada do trabalho temporário e do trabalho de meio-expediente. Como sugere ANTUNES (2000), ao contrário de *desproletarização*, há uma significativa *subproletarização* do trabalho em virtude de diversas formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado, vinculado à economia informal e ao setor de serviços.

Nesse contexto de baixo crescimento do produto e profundas transformações no mercado de trabalho, o objetivo principal deste ensaio é analisar o comportamento da distribuição de rendimentos do trabalho principal para a população ocupada entre os anos de 1981 e 2005. A hipótese desta análise é que as transformações evidenciadas nesse período corroboraram para acentuar o já precário quadro de exclusão econômica da

população ocupada no Brasil, sem modificar seu quadro de extrema desigualdade dos rendimentos. Para verificar de que forma as transformações ocorridas no mercado de trabalho afetaram a distribuição de rendimentos das distintas classes da população ocupada, pretende-se ainda realizar um estudo segmentado a partir de uma metodologia de estratificação social (QUADROS, 2003). Utilizou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e o estudo se refere ao país no seu conjunto e o universo de análise é a população economicamente ativa. Considerou-se como ocupados os indivíduos com 10 anos ou mais de idade que tinham trabalho remunerado na semana ou que exerciam trabalho não remunerado em pelo menos 15 horas na semana. Como desempregados considerou-se aqueles que não estavam ocupados na semana mas que, em um período de 2 meses, estavam a procura de trabalho. Para permitir a comparabilidade das informações históricas, foram desconsiderados os habitantes das áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá[†].

2. Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro

Estudos comprovam que o Brasil é historicamente conhecido pela extrema desigualdade social, tendo uma pequena parcela da população usufruindo padrões de bem-estar equiparáveis a dos países mais desenvolvidos, enquanto a grande maioria da população sobrevive abaixo de padrões sociais mínimos toleráveis (BARROS *et al*, 2000; HOFFMANN, 2002).

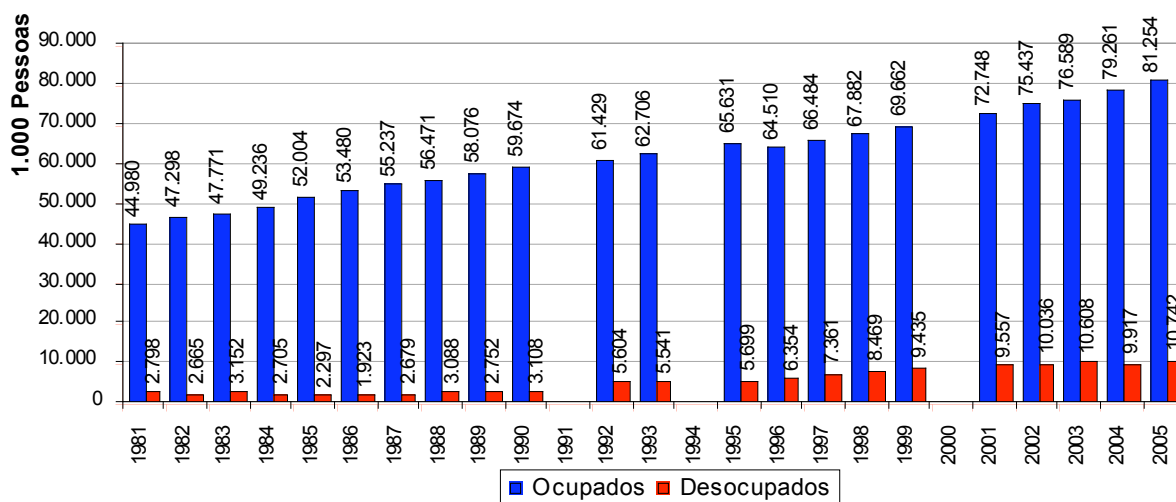
Para ajudar a compreender o complexo universo das relações sociais no Brasil, este trabalho propõe-se a estudar a evolução da distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro. Além de permitir acompanhar os padrões de renda e acumulação dos ocupados no Brasil, a análise dos indicadores de distribuição dos rendimentos traria elementos essenciais para compreender os diferentes padrões sociais da população. Uma das premissas básicas dessa análise está no fato de que a possibilidade de vender seus serviços no mercado de trabalho é o que hoje determina a vida de parcela significativa

[†] Apenas em 2004 a PNAD ampliou sua abrangência territorial e passou a incorporar todo o território nacional.

dos indivíduos e define as novas relações sociais (MILLS, 1979; ROSE & PEVALIN, 2001; WRIGHT, 1985; MAIA, 2006).

Para iniciar a análise, o Gráfico 1 apresenta a evolução da população economicamente ativa brasileira entre 1981 e 2005. Nesse período, a população ocupada cresceu a uma taxa média anual de 2,5% ao ano, chegando a mais 81 milhões de ocupados em 2005. Crescimento este muito inferior ao da população economicamente ativa, tendo o desemprego crescido a uma taxa anual de 5,6% e sua população alcançado 11 milhões de pessoas em 2005. O período de maior crescimento da população ocupada foi observado entre os anos de 1981 e 1990 (taxa anual média de 3,2%), período em que, mesmo sob condições de baixo crescimento do PIB, houve reestruturação das posições do mercado de trabalho e aumento da taxa de participação (BALTAR, 2004). Já a abertura comercial, racionalização e modernização da estrutura produtiva observada na década de 90 foi responsável pelo pior nível de crescimento das ocupações nestes 25 anos de análise. Neste período, triplicou o número de desempregados e a população ocupada cresceu a uma taxa média de apenas 1,7% ao ano. A taxa de crescimento da população ocupada melhora no início dos anos 2000 (média de 2,6% ao ano entre 1999 e 2005), embora continue insuficiente para conter o crescimento do número de desempregados, que aumentou em 1,3 milhões de pessoas entre 1999 e 2005.

Gráfico 1 – Evolução dos ocupados na semana – Brasil 1981 a 2005¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

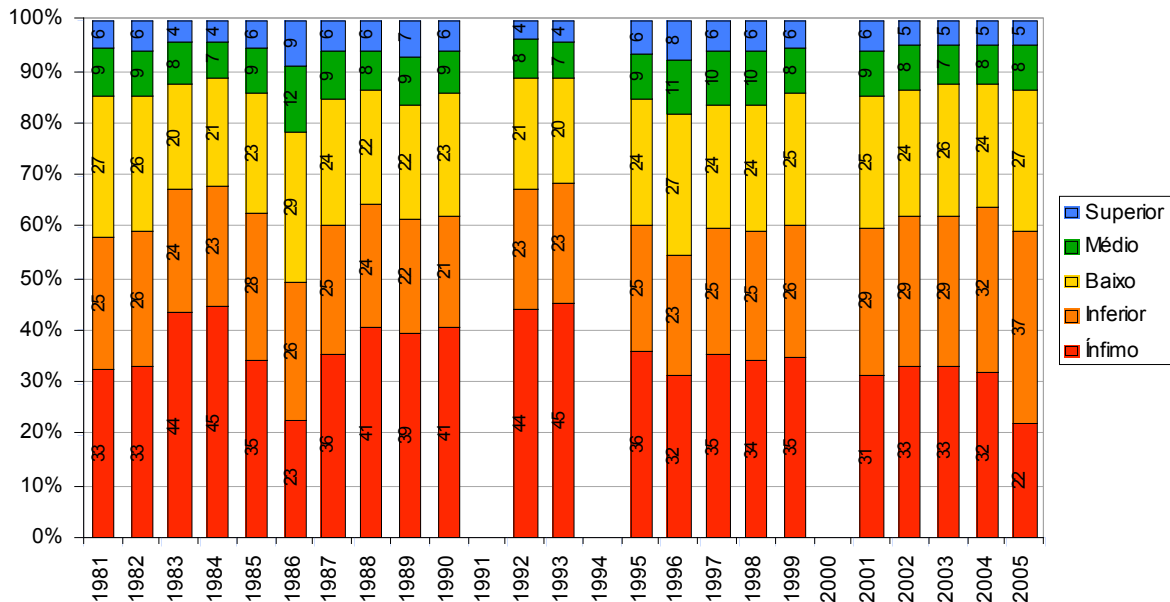
Para analisar a evolução dos padrões de bem-estar dessa população ocupada, o Gráfico 2 apresenta sua distribuição segundo classes de rendimento do trabalho principal entre 1981 e 2005. Baseado em múltiplos de R\$ 250 de janeiro de 2004, valor pouco superior ao salário mínimo vigente na época (R\$ 240 reais), foram definidas cinco faixas de rendimentos da ocupação principal, ou estratos econômicos: 1) Superior (acima de R\$ 2.500); 2) Médio (entre R\$ 2.500 e R\$ 1.250); 3) Baixo (entre R\$ 500 e R\$ 1.250); 4) Inferior (entre R\$ 250 e R\$ 500); 5) Ínfimo (abaixo de R\$ 250). Enquanto os dois últimos estratos econômicos (inferior e ínfimo) estariam associados à condição de precariedade ou pobreza do trabalhador, já que se referem a valores insuficientes para manter padrões sociais básicos de consumo de uma família de quatro pessoas[‡], os três primeiros (superior, médio e baixo) representariam diversos estágios de inserção do trabalhador na classe média brasileira (QUADROS, 2003).

Passados 24 anos de baixo crescimento econômico, constata-se que, em 2005, os padrões econômicos da população ocupada no Brasil eram, de maneira geral, inferiores aos observados em 1981. Houve melhora apenas na participação do ocupados pertencentes ao estrato ínfimo (de 33% em 1981 para 22% em 2005) mas, por outro lado, cresceu acintosamente a participação do estrato inferior (de 25% em 1981 para 37% em 2005) e reduziu a participação dos estratos superior e médio (de 15% em 1981 para 13% em 2005). Os momentos de ganhos econômicos mais significativos aos trabalhadores são observados no Plano Cruzado, em 1986, que, por um curto período de tempo, conseguiu bloquear o aumento dos preços e aumentar o poder de compra dos trabalhadores, e o início do Plano Real, em 1995, que, alicerçado na estabilização dos preços, conseguiu reduzir em 8 pontos percentuais a parcela de ocupados dos níveis inferior e ínfimo. Em 2005 há ainda uma expressiva redução de 10 pontos percentuais na participação de ocupados pertencentes ao estrato ínfimo, que chega ao menor valor da série (22%), e está associado, muito provavelmente, aos ganhos reais observados para o salário mínimo no período. Entretanto, este efeito ficou basicamente restrito às camadas mais baixas, já que a participação do estrato inferior, que também representa condições precárias de inserção no mercado de trabalho, aumentou em 6 pontos percentuais, e o estrato baixo apresentou

[‡] HOFFMANN & KAGEYAMA (2006) definem, por exemplo, o valor de $\frac{1}{2}$ salário mínimo como linha de pobreza domiciliar per capita, ou seja, o valor per capita abaixo do qual os integrantes domiciliares são considerados como pobres.

apenas um pequeno crescimento de 3 pontos percentuais. Já os dois estratos superiores permaneceram com a mesma participação da população total. Se considerarmos o agregado dos dois estratos inferiores (inferior e ínfimo), há, em 2005, condições semelhantes às observadas no início dos anos 2000 (59% de ocupados nos estratos inferior e ínfimo em 2005, contra 60% de 2001).

Gráfico 2 – Distribuição dos ocupados na semana segundo estratos econômicos – Brasil 1981 a 2005¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A partir das informações do Gráfico 2, constata-se ainda os efeitos negativos dos períodos de hiperinflação do final do governo militar (entre 1983 e 1984) e do Plano Collor (entre 1992 e 1993), este ainda marcado pela liberalização dos mercados e recessão econômica, nos padrões econômicos dos ocupados brasileiros. Nesses períodos, a participação de ocupados em condições precárias de inserção no mercado de trabalho chegou a aproximadamente 69% da população ocupada (67% em 1983 e 1992, 68% em 1984 e 69% em 1993).

Além das altas taxas de subclassificação econômica, outra característica do mercado de trabalho brasileiro é o elevado estágio de concentração dos rendimentos. Para analisar a evolução deste componente, serão comparados dois importantes indicadores de

desigualdade da literatura social: i) massa de renda apropriada pelos relativamente pobres e relativamente ricos; b) índice T de Theil.

A análise da massa apropriada pelos relativamente pobres e ricos é muito simples e permite uma visualização mais concreta do que se passa nos extremos da distribuição de renda da população. Não há um critério rígido para definição de relativamente pobres ou ricos, embora seja comum representá-los segundo centésimos da população total: 10%, 20%, 40% ou 50% mais pobres, e 1%, 5% ou 10% mais ricos. Neste trabalho, adotou-se a representação para o renda do trabalho principal apropriada pelos 40% dos ocupados mais pobres e 10% dos ocupados mais ricos.

A segunda medida de desigualdade utilizada neste trabalho, o índice T de Theil, originou-se da teoria da informação. Foi uma das medidas de desigualdade desenvolvidas por Henry Theil em seu livro intitulado “Economics and Information Theory” de 1967 (HOFFMANN, 1998). Theil adaptou os conceitos de *conteúdo informativo* e *entropia* derivados da teoria da informação para criar um índice em escala logarítmica que estima a desigualdade distributiva dos rendimentos: se todos os rendimentos forem iguais, o índice T de Theil será igual a zero; à medida que a dispersão cresce em torno da média, o índice aumenta, atingindo o máximo teórico dado pelo logaritmo natural do número de observações da população quando toda a renda estiver concentrada nas mãos de uma única pessoa. Uma das características do T de Theil é que ele é mais sensível ao que ocorre no limite superior da distribuição, ou seja, às mudanças percebidas na renda dos relativamente ricos.

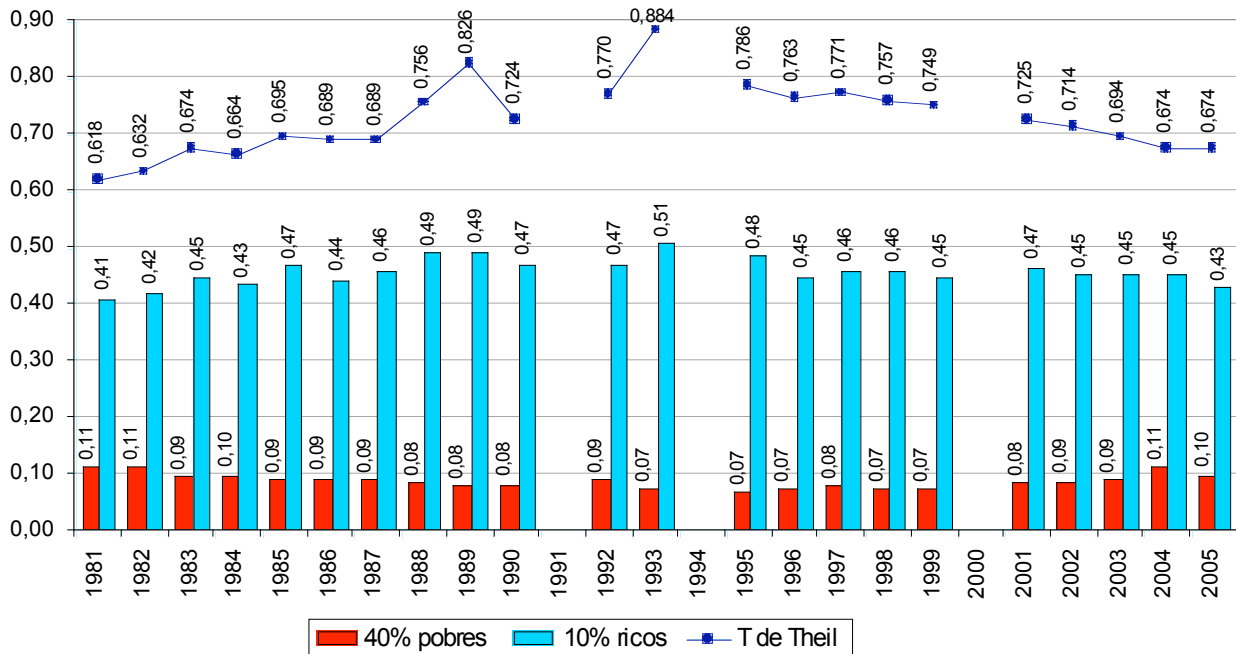
O Gráfico 3 apresenta a evolução destes dois indicadores de concentração entre 1981 a 2005. O primeiro fato a destacar é a extrema desigualdade observada entre os ocupados relativamente mais ricos e ocupados relativamente mais pobres. Em 2005, por exemplo, os 10% mais ricos apropriavam-se de uma parcela dos rendimentos 4,3 vezes superior à dos 40% mais pobres. Em segundo lugar, chama atenção o fato de que, passados 24 anos, não apenas piorou as condições de inserção no mercado de trabalho, como também aumentou a desigualdade entre ocupados relativamente ricos e relativamente pobres. Entre 1981 e 2005, a parcela de renda apropriada pelos 40% mais pobres caiu de 11% para 10%, enquanto que a parcela apropriada pelos 10% mais ricos

subiu de 41% para 43%. A mesma evolução se observa em relação ao índice T de Theil, que subiu 9% no período (de 0,618 para 0,674).

Além dos altos índices de exclusão, os períodos de hiperinflação também se caracterizaram pelos elevados índices de desigualdade dos rendimentos. As tentativas frustradas de combate à inflação que se seguiram após o Plano Cruzado de 1986 foram marcadas, por exemplo, por expressivo crescimento da desigualdade. Em 1989, ano em que a inflação chega a mais de 50% em dezembro, esta atinge seu valor máximo da década, com o índice T de Theil chegando a 0,826, e os 10% dos ocupados mais ricos apropriando-se de uma parcela de renda 6,4 vezes superior à dos 40% mais pobres.

É, entretanto, no primeiro ano após a destituição do presidente Collor, em 1993, que a desigualdade atinge seu valor mais elevado no período analisado. Em meio a uma grave crise econômica e com inflação próxima a 30% ao mês, a desigualdade medida pelo T de Theil chega a 0,884, e os 10% dos ocupados mais ricos apropriavam-se de uma parcela dos rendimentos 7,3 vezes superior à dos 40% mais pobres. Após a implantação do plano de estabilização econômica em 1994, o Plano Real, a desigualdade dos rendimentos dos ocupados no Brasil passa a apresentar quedas sucessivas e quase que sistemáticas.

Gráfico 3 – Parcela dos rendimentos apropriada pelos 40% mais pobres, 10% mais ricos e índice T de Theil dos ocupados na semana– Brasil 1981 a 2005¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Excluídas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

3. Distribuição de renda no mercado de trabalho brasileiro segundo classes ocupacionais

Mais do que analisar o comportamento geral da distribuição dos rendimentos no mercado de trabalho brasileiro, este trabalho pretende ainda identificar os grupos sociais mais ou menos afetados nestes 25 anos de baixo crescimento econômico e aumento dos indicadores de precarização e desigualdade salarial. Inspirado na análise de MILLS (1979) sobre a nova classe média norte-americana, QUADROS (2003) propõe uma tipologia de estratificação social baseada na inserção das pessoas no mercado de trabalho. O pressuposto desta análise é que grupos sociais com estilos de vida relativamente homogêneos podem ser obtidos a partir da combinação entre inúmeras possibilidades de geração de renda, prestígio social e poder político das ocupações. Esta estrutura de classes, ou **estrutura sócio-ocupacional**, é composta por 11 **classes ocupacionais**:

A Empregadores: empreendedores, dos mais variados setores agrícolas e não agrícolas;

C Profissionais autônomos: profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadoras de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma independente pelo ocupado. Grupo composto, em sua maioria, por profissionais do comércio, supervisores, representantes comerciais e inúmeras outras profissões onde prevalece o caráter técnico e superior das atribuições exercidas de forma independente.

D Profissionais assalariados: profissões do tipo liberal, colarinho branco e prestadoras de serviços, que são típicas de classe média e exercidas de forma assalariada. Além de vendedores e demonstradores, há profissionais do demiurgo administrativo (auxiliares, recepcionistas, almoxarifes, atendentes, escriturários e contínuos), professores do ensino médio e fundamental, gerentes na prestação de serviços e outras profissões onde prevalecem o caráter técnico e superior das atribuições exercidas de forma assalariada.

F Trabalhadores autônomos: ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma independente. As ocupações mais frequentes são as de vendedores ambulantes, trabalhadores da construção civil, prestadores de serviços nas áreas de higiene e estética corporal, além de inúmeras outras ocupações de caráter popular relacionadas à prestação de serviços, ao comércio, à produção de bens e serviços industriais.

G Trabalhadores assalariados: ocupações não agrícolas de perfil operário ou assemelhado popular, que são exercidas de forma assalariada. Destacam-se inúmeras ocupações de serviços, comércio, produção de bens e serviços industriais, entre elas, zeladores e ascensoristas, ajudantes de obras, guardas e vigias, cozinheiros, caminhoneiros, garçons e *barmen*.

I Trabalhadores domésticos: trabalhadores do serviço doméstico remunerado.

H-1 Proprietários agrícolas conta-própria: profissões ligadas à pequena produção no ramo da agricultura ou pecuária familiar, realizadas sem o emprego de mão-de-obra assalariada

H-2 Trabalhadores agrícolas autônomos: profissões agrícolas exercidas de forma autônoma. Encontram-se pescadores e caçadores, atividades ligadas ao

extrativismo florestal e uma série de outras ocupações agropecuárias exercidas em parceria com o proprietário.

H-3 Assalariados agrícolas: profissões agrícolas exercidas de forma assalariada permanente ou temporária. São trabalhadores ocupados em empreendimentos de exploração agrícola, pecuária, agropecuária em geral, extrativismo florestal, caça e pesca;

J-1 Trabalhadores não remunerados não agrícolas: ocupados não remunerados que trabalhavam pelo menos quinze horas na semana como membro da unidade domiciliar, como ajuda à instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo, como aprendiz ou estagiário em atividades não agrícolas, ou em atividade relacionada à construção para o próprio uso, sem qualquer forma de excedente de capital que possa ser convertido em renda para o trabalhador (IBGE, 1995).

J-2 Trabalhadores não remunerados agrícolas: ocupados não remunerados que trabalhavam pelo quinze horas na semana como membro da unidade domiciliar, como aprendiz ou estagiário em atividades relacionadas ao ramo agrícola, ou em atividade relacionada à produção para o próprio consumo, sem qualquer forma de excedente de capital que possa ser convertido em renda para o trabalhador (IBGE, 1995).

A estrutura sócio-ocupacional da população brasileira ocupada na semana em 1981 e 2005 é apresentada na Tabela 1. A proliferação de ocupações associadas à prestação de serviços fez aumentar significativamente a participação da classe dos profissionais (9 pontos percentuais) que, em 2005, já representava mais de 1/3 da população ocupada do país. Entretanto, o grupo majoritário continua sendo formado pelas ocupações da massa trabalhadora não agrícola (43% de trabalhadores autônomos, assalariados e empregados domésticos em 2005). Dentro deste grupo destaca-se ainda o aumento na participação dos domésticos (2,2 pontos percentuais) e autônomos (1,8 pontos percentuais), em detrimento à redução da participação dos assalariados (2 pontos percentuais). Esse movimento da massa trabalhadora não agrícola assalariada para posições conta-própria e domésticas está associado, provavelmente, ao crescimento de formas de trabalho parcial, precário, terceirizado, subcontratado e vinculados à economia informal (ANTUNES, 2000).

Mesmo considerando a fragilidade da PNAD em retratar com precisão o universo das ocupações agrárias, dependentes diretamente do efeito sazonal da produção agrícola, é notória a redução na participação da classe agrícola na estrutura sócio-ocupacional. Como impacto direto da mecanização agrícola, os ocupados neste setor passaram de 19% da população ocupada em 1981 para menos de 11% em 2005. Entre estes, os mais afetados foram os assalariados (redução de 5 pontos percentuais) e os proprietários conta-própria (redução de 4 pontos percentuais). A acelerada redução das ocupações agrícolas impulsionou o êxodo rural ao longo das últimas décadas que, sem a devida compensação pelo crescimento das ocupações não agrícolas, foi um dos grandes responsáveis pela explosão do desemprego nos grandes centros urbanos.

Tabela 1 – Estrutura sócio-ocupacional dos ocupados na semana – Brasil 1981 a 2005¹

Grupo Ocupacional	Classe Ocupacional	1981		2005	
		N Pessoas	%	N Pessoas	%
Empregadores	A Empregadores	1.424.009	3,2	3.625.432	4,5
	C Profissionais Autônomos	1.613.354	3,6	4.825.539	5,9
Profissionais	D Profissionais Assalariados	10.183.768	22,6	23.684.188	29,1
	Total	11.797.122	26,2	28.509.727	35,0
Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	4.392.541	9,8	9.403.043	11,6
	G Trabalhadores Assalariados	11.601.234	25,8	19.378.075	23,8
	I Trabalhadores Domésticos	2.661.813	5,9	6.598.009	8,1
	Total	18.655.587	41,5	35.379.127	43,5
Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta-Própria	3.649.197	8,1	3.677.032	4,5
	H-2 Trabalhadores Autônomos	357.074	0,8	418.530	0,5
	H-3 Assalariados Agrícolas	4.638.257	10,3	4.490.403	5,5
	Total	8.644.528	19,2	8.585.965	10,5
Trabalhadores Não Remunerados	J-1 Não Agrícolas	583.323	1,3	1.335.135	1,6
	J-2 Agrícolas	3.875.386	8,6	3.949.998	4,9
	Total	3.875.386	8,6	3.949.998	4,9
Ignorados			0,0	26.045	0,0
Total		44.979.956	100,0	81.411.429	100,0

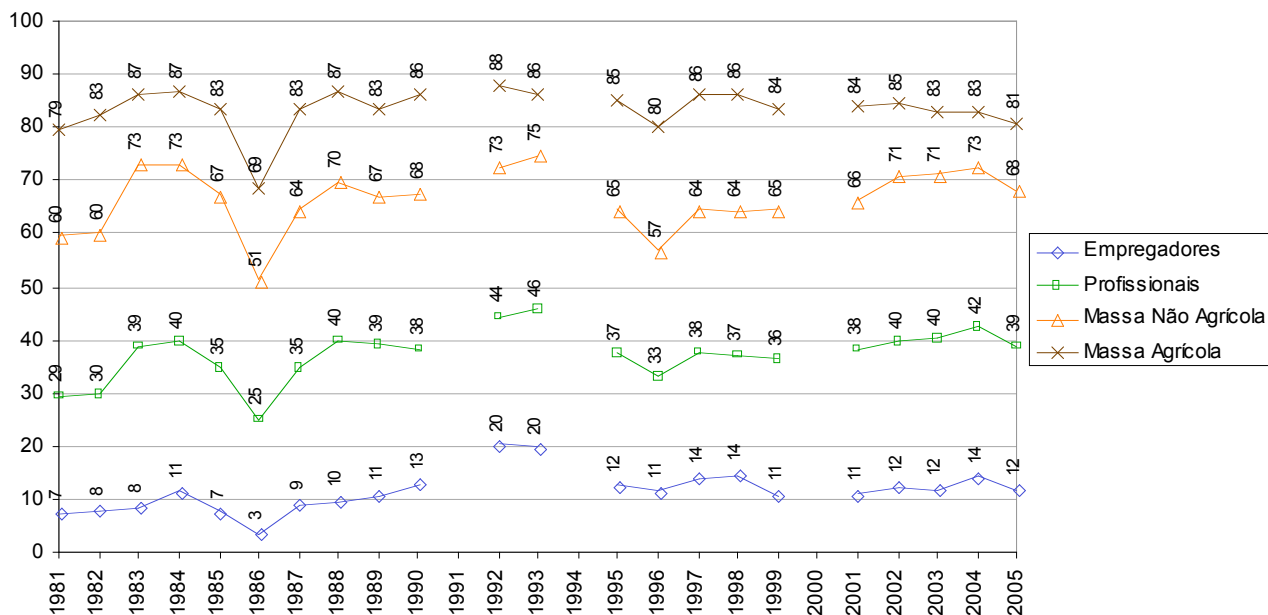
Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

A evolução do percentual de integrantes dos dois últimos estratos econômicos segundo agregado ocupacional pode ser observada no Gráfico 4. Para simplificar a

análise, as classes ocupacionais dos ocupados remunerados foram agregadas em 4 **grupos ocupacionais**: empregadores (A); profissionais (C e D); massa trabalhadora não agrícola (F, G e I); e massa trabalhadora agrícola (H-1, H-2 e H-3). De maneira geral, há comportamentos semelhantes entre os grupos ocupacionais nos períodos analisados. Passados 24 anos de estagnação econômica, em todos os grupos ocupacionais aumentou a parcela de integrantes dos dois últimos estratos econômicos. Os grupos mais prejudicados foram os profissionais, com crescimento de 10 pontos percentuais na participação dos estratos inferior e ínfimo, e a massa trabalhadora não agrícola, com crescimento de 9 pontos percentuais. Enquanto todos os grupos ocupacionais tiveram crescimento igual ou superior a 2 pontos percentuais na participação de integrantes dos dois últimos estratos econômicos, sendo que nos 2 principais agregados ocupacionais este crescimento foi superior a 9 pontos percentuais, o crescimento de apenas 1 ponto percentual para o agregado dos ocupados brasileiros entre 1981 e 2005 (Gráfico 2) justifica-se pela mudança na composição das classes ocupacionais. Os ocupados vêm se inserindo nas classes ocupacionais de maior prestígio social mas de forma mais precária. Aumentou a parcela de profissionais e reduziu, principalmente, a parcela da massa trabalhadora agrícola mas, por outro lado, aumentou consideravelmente a parcela de integrantes dos dois últimos estratos econômicos em todas as classes ocupacionais.

Gráfico 4 – Percentagem de ocupados nos estratos inferior e ínfimo segundo grupo ocupacional – Brasil 1981 a 2005¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Excluídas áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

As classes ocupacionais de maior prestígio social estão também entre as mais desiguais (Tabela 2). Empregadores e profissionais autônomos apresentam as melhores oportunidades do mercado de trabalho, mas estas são limitadas e restritas a poucos ocupados deste grupo, o que corrobora para seus elevados índices de concentração dos rendimentos. A desigualdade é mais elevada, entretanto, entre os trabalhadores agrícolas conta-própria, expressando as disparidades existentes entre os pequenos proprietários conta-própria do sul do país e aqueles associados ao trabalho de quase subsistência do nordeste brasileiro. Já as classes dos trabalhadores assalariados (G, I e H-3), são por outro lado, as menos desiguais. Entre os trabalhadores assalariados não agrícolas, por exemplo, os 10% mais ricos apropriam-se de uma parcela dos rendimentos apenas 1,2 vezes superior à dos 40% mais pobres, contra uma média de 4,5 dos ocupados brasileiros.

A desigualdade aumentou, sobretudo, entre integrantes das classes dos empregadores, profissionais autônomos e trabalhadores agrícolas conta-própria. Nas duas primeiras, a justificativa estaria no crescimento de pequenos empreendedores e posições autônomas que, na verdade, enrustiriam situações de informalidade do ocupado. Entre os trabalhadores agrícolas conta-própria, o crescimento da desigualdade expressaria o maior distanciamento social entre as comunidades regionais de proprietários conta-própria.

Tabela 2 –Parcela dos salários apropriada pelos 40% mais pobres, 10% mais ricos e índice T de Theil da estrutura sócio-ocupacional dos ocupados na semana – Brasil 1981 a 2005¹

Grupo Ocupacional	Classe Ocupacional	1981			2005		
		40% pobres	10% ricos	T Theil	40% pobres	10% ricos	T Theil
Empregadores	A Empregadores	15,8	36,2	0,463	10,9	38,0	0,577
Profissionais	C Profissionais Autônomos	10,4	34,5	0,493	8,8	39,7	0,629
	D Profissionais Assalariados	11,9	39,9	0,498	13,3	39,0	0,463
	Total	10,8	39,8	0,498	13,2	40,0	0,491
Massa Trabalhadora Não Agrícola	F Trabalhadores Autônomos	9,4	36,3	0,486	17,2	34,0	0,451
	G Trabalhadores Assalariados	16,8	28,3	0,271	20,8	24,7	0,196
	I Trabalhadores Domésticos	24,1	22,6	0,211	18,4	23,1	0,185
	Total	13,7	31,5	0,368	19,7	29,9	0,291
Massa Trabalhadora Agrícola	H-1 Proprietários Conta-Própria	15,8	32,3	0,510	9,1	42,4	0,670
	H-2 Trabalhadores Autônomos	10,1	38,1	0,517	11,0	34,7	0,443
	H-3 Assalariados Agrícolas	24,6	23,8	0,182	19,0	24,0	0,192
	Total	16,3	30,1	0,417	15,3	30,9	0,426
Total		11,1	41,1	0,618	9,7	43,0	0,674

Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

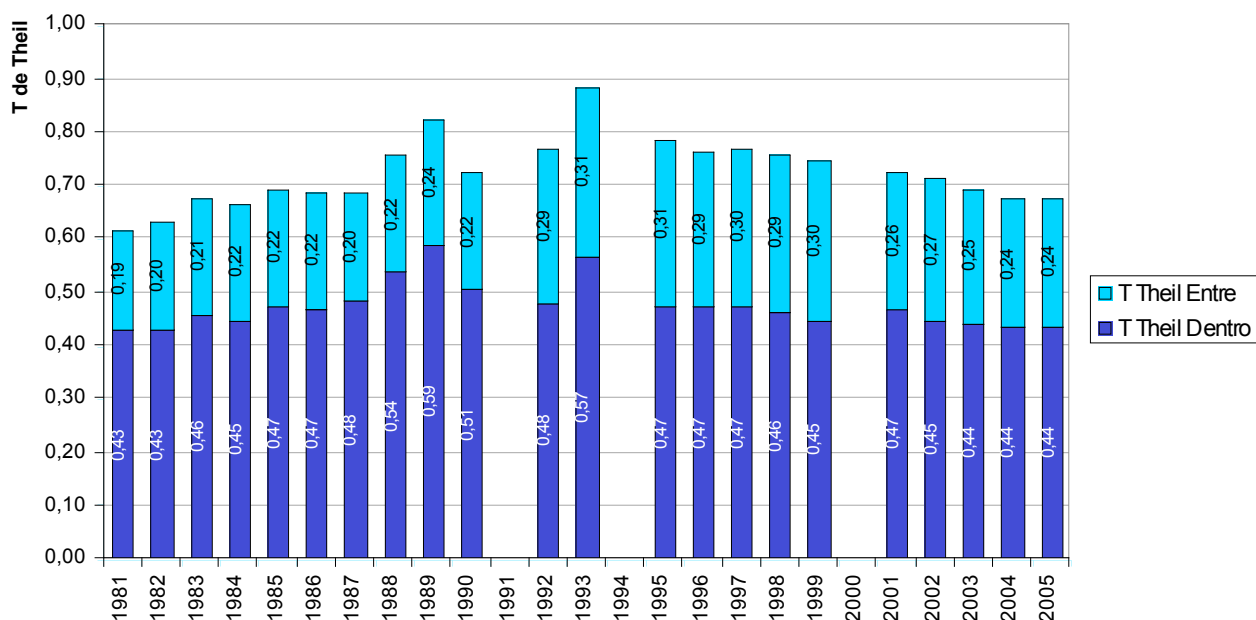
¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Após identificar a desigualdade entre integrantes de uma mesma classe ocupacional, ou seja, dentro de cada classe, deseja-se agora analisar a evolução das diferenças médias entre as classes. Uma das principais características do índice T de Theil é justamente a possibilidade de decomposição da desigualdade entre e dentro de grupos de uma população: “*se os indivíduos estão segmentados em grupos mutuamente exclusivos e exaustivos, a desigualdade total de uma sociedade pode ser expressa em termos de um componente ocorrendo dentro de cada grupo e um componente ocorrendo entre os grupos*” (GALBRAITH & BERNER, 2001, p. 19). Para analisar tal comportamento, o Gráfico 5 apresenta a evolução do índice T de Theil para a distribuição dos rendimentos entre 1981 e 2005, possibilitando observar o índice da desigualdade interna às classes (T de Theil dentro) e devido às diferenças nas parcelas dos rendimentos apropriadas entre elas (T de Theil entre). A partir da razão entre cada um dos índices e a

desigualdade total (soma do T de Theil dentro e entre), é possível analisar a parcela de desigualdade devida às diferenças entre e dentro das classes ocupacionais.

O que se observa é que as 11 classes ocupacionais apresentam um razoável poder discriminatório da desigualdade total dos rendimentos. Entre 1981 e 2005, a desigualdade dos rendimentos devida às diferenças médias entre as classes ocupacionais apresentou uma taxa média de 34% da desigualdade total (Gráfico 5). Em outras palavras, a desigualdade devida às próprias diferenças entre integrantes de uma mesma classe ocupacional representava cerca de 66% da desigualdade total. A desigualdade entre as classes aumentou, sobretudo, a partir da década de 90, e atingiu o valor máximo em 1999, quando as diferenças médias entre as classes chegou a 40% da desigualdade total.

Gráfico 5 –Desigualdade salarial medida pelo T de Theil dentro e entre classes ocupacionais– Brasil 1981 a 2005¹



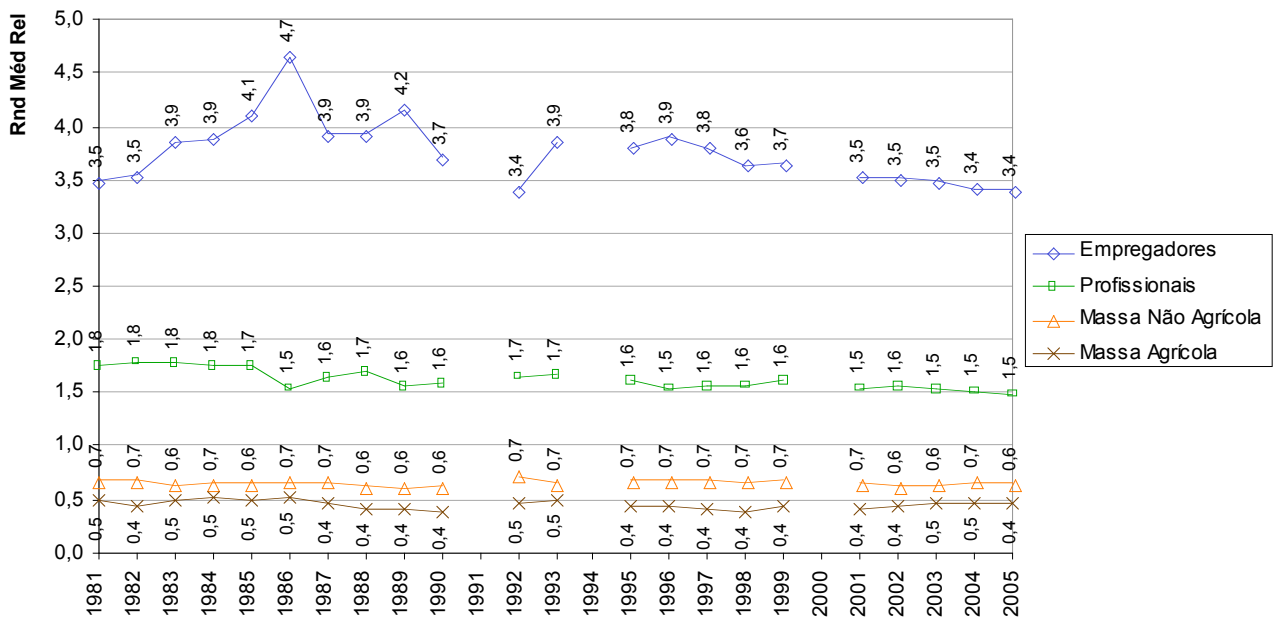
Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Outra forma de identificar a desigualdade entre as classes ocupacionais é estudando o **rendimento médio relativo**, uma simples razão entre o rendimento médio de cada classe ocupacional e do total de ocupados. O Gráfico 6 apresenta a evolução do rendimento médio relativo para os quatro grupos ocupacionais remunerados entre 1981 e 2005, e mostra, por exemplo, que em 2005 os empregadores possuíam um rendimento

médio 3,4 vezes superior à média nacional, enquanto que a massa agrícola recebia, em média, apenas 0,4 vezes do valor do rendimento médio nacional. O grupo dos empregadores, por sinal, é aquele com a maior sensibilidade aos choques econômicos. No período do plano cruzado (1986), por exemplo, chegaram a ganhar, em média, 4,7 vezes o rendimento médio nacional. Por outro lado, no auge da recessão instaurada pelo Plano Collor (1992) apresentaram a maior queda relativa, chegando a receber, em média, 3,4 vezes o valor do rendimento médio nacional. Outro fato a destacar é que, profissionais, e empregadores a partir da metade da década de 90, passam a apresentar uma tendência linear de queda dos rendimentos médios relativos, ou seja, seus rendimentos médios têm apresentado as maiores perdas em relação ao total dos ocupados.

Gráfico 6 – Rendimento médio relativo dos ocupados na semana segundo grupo ocupacional – Brasil 1981 a 2005¹



Fonte: PNAD, microdados, IBGE.

¹ Exclusive áreas rurais dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

4. Conclusão

Nos últimos 25 anos a economia brasileira foi marcada pelo baixo crescimento do PIB, aumento do desemprego e de formas precárias de inserção no mercado de trabalho. Para ajudar a compreender o complexo universo das transformações ocorridas no

mercado de trabalho, este trabalho propôs-se a apresentar alguns indicadores da distribuição dos rendimentos da ocupação principal no Brasil entre 1981 e 2005.

Em primeiro momento, constatou-se o baixo crescimento da população ocupada nas duas últimas décadas e meia, enquanto o desemprego apresentou consideráveis taxas anuais de crescimento (5,6%) e alcançou uma população de quase 11 milhões de pessoas em 2005. Manteve-se ainda o quadro de extrema exclusão de 24 anos atrás, tendo, em 2005, 59% da população ocupada com rendimentos inferiores a 500 reais mensais. Também é elevado e pouco se modificou a concentração dos rendimentos no mercado de trabalho, onde, em 2005, os 10% dos ocupados relativamente mais ricos apropriavam-se de uma parcela dos rendimentos 4,3 vezes superior à dos 40% mais pobres. Nos períodos críticos de hiperinflação e recessão econômica, os ocupados em inserções mais precárias acabam sendo os mais prejudicados. Há crescimento generalizado dos índices de exclusão e também crescimento significativo dos indicadores de desigualdade, aumentando a razão entre a parcela dos rendimentos apropriada pelos ocupados relativamente ricos e relativamente pobres.

Para identificar os grupos sociais mais ou menos afetados pelas transformações relatadas, utilizou-se uma metodologia de estratificação social baseada na inserção dos ocupados no mercado de trabalho. A massa trabalhadora agrícola (posições de perfil operário) é o grupo predominante da estrutura sócio-ocupacional, embora venha aumentando consideravelmente a participação de profissionais (posições do tipo colarinho branco e prestadoras de serviços) em detrimento da redução da massa trabalhadora agrícola. Também aumentou consideravelmente a participação de ocupados com baixos rendimentos em todas as classes ocupacionais, de tal forma que o crescimento dos profissionais e redução da massa trabalhadora agrícola na estrutura sócio-ocupacional apenas mascara, na verdade, o real crescimento de inserções precárias no mercado de trabalho brasileiro.

As classes ocupacionais de maior prestígio social e aquelas associadas às posições autônomas são as mais desiguais. Embora as primeiras proporcionem melhores oportunidades no mercado de trabalho, estas são limitadas e restritas a poucos ocupados destes grupos, o que corrobora para seus elevados índices de concentração dos rendimentos. Muitas posições autônomas enrustem, na verdade, situações de

informalidade do ocupado, o que também corroboraria para os elevados índices de desigualdade destas classes. Outra característica da desigualdade do mercado de trabalho nacional é que apenas empregadores e profissionais apresentam rendimentos acima da média nacional. Estes últimos, por sinal, ainda com tendência de perdas relativas ao longo das décadas analisadas.

Bibliografia

ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho: ensaios sobre a afirmação e a negação do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2000.

BALTAR, P. 2004. Posição na ocupação e rendimento da população ocupada em atividades não agrícolas no Brasil: 1981-2001 **Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, MG: Caxambu.

BALTAR, P.; LEONE, E.; MAIA, A. 2006. Domicílios com baixa renda e mercado de trabalho. Carta Social e do Trabalho No. 4. Campinas, SP: UNICAMP/ IE/Cesit, 2006.

BARROS, R. P.; HENRIQUE, R., MENDONÇA, R. 2000. A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil. In: HENRIQUE, R. (Org.). **Desigualdade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, p. 21-47.

GALBRAITH, J. K.; BERNER, M. 2001. **Inequality & industrial change: a global view**. Cambridge: Cambridge University Press.

HOFFMANN, R. 2002. A distribuição da renda no Brasil no período 1992-2001. **Economia e Sociedade**. Campinas, n. 19, p. 213-235.

_____. 1998. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Editora da USP.

MAIA, A. 2006. **Espacialização de Classes no Brasil: uma nova dimensão para análise da estrutura social**. Tese de Doutorado. Campinas: IE-Unicamp.

MILLS, W. **A nova classe média**. Tradução de Vera Borda. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

QUADROS, W. 2003. **Aspectos da crise social no Brasil dos anos oitenta e noventa.** Tese (Livre-Docência) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

ROSE, D.; PEVALIN, D. J. **The national statistics socio-economic classification:** unifying official and sociological approaches to the conceptualization and measurement of social class. Colchester: University of Essex, ISER Working Papers. n. 4.

WRIGHT, E. 1985. **Classes.** Nova Iorque: Editora Verso. 344 p.